
Desinformação e pane política

Eugênio Bucci

Jornalista. É professor titular da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e autor, entre outros livros, de *A superindústria do imaginário* (editora Autêntica, 2021).

Um preâmbulo factual

Era domingo em Brasília, dia 8 de janeiro de 2023. A princípio, calmo. Uma semana antes, quando Luiz Inácio Lula da Silva tomara posse da presidência da República para suceder a Jair Bolsonaro, a Esplanada dos Ministérios ficou cheia de gente, com show de música e vibração de festa popular, mas não naquele segundo domingo do ano, naquele 8 de janeiro, que amanheceu com os gramados vazios, os prédios fechados, o asfalto em descanso.

Então, algo atípico foi tomando forma. O sol ia alto. Milhares de bolsonaristas caminhavam a passos lentos em uma fileira disciplinada, ocupando uma ou duas faixas do Eixo Monumental. A quase totalidade trajava as indefectíveis camisetas amarelas da seleção brasileira de futebol. Uns tantos usavam como acessório a bandeira nacional, que lhes fazia as vezes de echarpe, lenço, véu para os cabelos, cachecol ou capa de super-herói. Não havia sinais de alvoroço. Vista de longe, a coluna poderia ser tomada como um cortejo religioso. Os peregrinos iam em paz e a Polícia Militar os acompanhava, em clima de coleguismo. Alguns tiravam *selfies* com os oficiais sorridentes, que bebiam água de coco. Sim, era uma cena inusual para um domingo no Planalto, mas nada prenunciava caos e demência.

Até que, quando a procissão auriverde chegou ao Congresso Nacional, a coisa destrambelhou. Em transe, a turba invadiu a sede do Legislativo e começou a quebrar tudo lá dentro. O Supremo Tribunal Federal também foi invadido, assim como o Palácio do Planalto. Cada uma das sedes dos três poderes virou alvo de uma depredação que jamais fora vista na História do Brasil. Os agressores vandalizaram obras de arte, trituraram relíquias, espatifaram vidraças e espalharam imundície.

O estouro de boiada ganhou destaque imediato nos maiores jornais do mundo. Signo de vergonha. Líderes de todos os continentes, dos Estados Unidos à Índia, da Rússia à China, repudiaram a violência e prestaram solidariedade ao governo em seus primeiros dias de mandato. Do lado de cá, atônitas e desnorteadas, as autoridades tentavam explicar o ocorrido, mas não havia explicação. Como é que pode um bando ensandecido profanar de uma vez só os três símbolos maiores da soberania do país?

As investigações começaram ao final daquele mesmo dia. Registros do ocorrido não faltavam. Os próprios criminosos, munidos de telefones celulares, tinham gravado a si mesmos enquanto punham abaixo as instalações dos palácios. Seriam imprudentes? Ingênuos? Estúpidos? Eles produziram e distribuíram pelas redes sociais

provas abundantes que os incriminavam inapelavelmente. Difundiram também testemunhos das fantasias mais inacreditáveis que traziam na alma. Nos vídeos, em tom de euforia, falavam sem pejo sobre a quebradeira, carregando nos autoelogios à sua própria violência. Pela postura, pelo gestual, pelas expressões de vitória e de júbilo esportivo, pareciam convencidos de que seriam condecorados em seguida.

Muitos acusavam fraudes nas urnas eletrônicas – algo jamais provado, nem remotamente. Outros prometiam tomar o poder. Havia ainda os que exultavam, dizendo estar ali para livrar o Brasil do comunismo e da corrupção. Quase todos pediam o retorno de Bolsonaro. As imagens deixaram patente que os agressores exibicionistas não tinham a mais longínqua noção da indignidade de suas ações. Quanto narcisismo adolescente concentrado! Quanta alucinação! Aquelas pessoas sem juízo pareciam ter sido transplantadas do mundo da vida para o mundo da lua – ou, mais propriamente, para o *dark side* da superfície lunar. Habitantes de um universo paralelo, sem laços com o que poderíamos conceituar como realidade, deliravam em verde e amarelo. Diziam-se “patriotas”.

Em raros momentos da história brasileira, recente ou pretérita, pudemos ver a alienação destrutiva em contornos tão nítidos. Dessa vez, no entanto, a alienação se revelou em moldes bem contemporâneos, que já podemos chamar de um dos grandes males do século XXI: a desinformação mesclada de fanatismo. Os voluntários fora de si, mas paradoxalmente cheios de si, não sabiam sequer que tinham sido feitos de bobos, de bois de piranha, de bucha de canhão e de massa de manobra por chefes irresponsáveis.

Nos dias seguintes, enquanto cerca de 1.500 suspeitos já tinham ido bater ponto na cadeia, as fraudes informativas que os cegava não cederam. O desvario resistia. *Fake news* reportando mortes de senhoras idosas nas dependências da polícia circularam massivamente. A imprensa se empenhou em desmenti-las, mas em vão. Boatos plantados davam conta de que os responsáveis pelo vandalismo seriam infiltrados de esquerda – outro absurdo amplamente desmascarado, também inutilmente. O fervor místico seguiu incólume – e está no meio de nós.

Por isso, e apenas por isso, o dia fatídico de 8 de janeiro de 2023 não poderia passar sem estar inscrito nas páginas desta revista.

Como a política pode lidar com essa coisa?

Dissonância cognitiva? Autoengano em massa? De que modo é possível interpretar o que está diante dos nossos olhos e ouvidos a nos desafiar como uma esfinge?

A democracia vem apresentando uma disfunção que não era conhecida. No Brexit, em 2016, no Reino Unido, foi mais ou menos isso que se passou. Contra todas as evidências factuais e contra toda razoabilidade, a maioria dos eleitores se deixou embriagar por um leque de crenças infundadas, fincadas na xenofobia mais primitiva, e tomou a pior decisão para o país. Foi uma espécie de suicídio festivo. Ao se desligar da União Europeia, o Reino Unido comprou para si consequências desastrosas, sobejamente conhecidas. Aliás, as consequências já eram conhecidas de antemão. Já se sabia antes que seria ruim: como foi.

O Brexit não foi um erro de opinião, uma escolha movida por um juízo de valor poluído de preconceitos. Não: foi uma falha profunda do próprio juízo de fato.

Os eleitores, além de se deixarem capturar por um obscurantismo irracional, não souberam divisar os fatos e abraçaram teorias malucas, da mesma família das narrativas que negam o aquecimento global, que abominam as vacinas ou rejeitam a esfericidade do planeta em que pisamos. O Brexit é produto de uma paixão anti-factual coletiva – e fabricada. Isto mesmo: fabricada, manufaturada pelas novas modalidades de propaganda digital, como incontáveis reportagens e uma profusão de estudos empíricos já comprovaram.

Também a eleição de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos, no mesmo ano de 2016, vem sendo apontada como outro exemplo do mesmo mal. Os votos angariados por ele contaram com o impulso decisivo da “pós-verdade”. Mesmo gente com algum nível de simpatia pelo Partido Republicano percebia a extensão e a magnitude do engano que estava em marcha. A revista britânica *The Economist*, em sua edição de 10 de setembro, tentou alertar o público em uma extensa reportagem de capa: “A arte da mentira: a política da pós-verdade na era das redes sociais”. Não foi só a *Economist*; muitos tentaram, mas a advertência, já sabemos, foi em vão. Com a ajuda da famigerada Cambridge Analytica – a mesma que foi contratada pelos apoiadores do Brexit –, Trump se beneficiou da Inteligência Artificial, do envio de mensagens individualizadas (um tipo de *marketing* direcionado a cada pessoa, não a cada recorte de público), e ganhou a disputa.

Deu no que deu. A invasão do Capitólio em 6 de janeiro de 2020, turbinada por mentiras bem empacotadas – como os “*alternative facts*” e as alegações de fraudes nos votos enviados pelos correios –, foi o corolário da gestão de Donald Trump na Casa Branca. Foi também o modelo para o quebra-quebra que se repetiu no Brasil no 8 de janeiro de 2023, o *gran finale* para a presidência de Jair Bolsonaro. A doença é uma só – embora, no Sul, sempre apareça como pastiche, com dose suplementares de incompetência e de breguice.

Voltemos à pergunta inicial: como a política pode lidar com isso? O que acontece se as falsidades digitalmente construídas triunfam nessa escala? As sociedades livres sucumbirão? O espírito republicano perecerá? Os processos pelos quais a coletividade toma suas decisões entrará em colapso? Se a fraude informativa – ou a notícia fraudulenta – infecta como um vírus os canais comunicacionais da esfera pública, como evitar a implosão do organismo?

Pelo que temos visto em várias partes do mundo, o engajamento de mais participantes no processo político vai deixando de ser um incremento da melhor decisão. A cada vez com mais frequência, as majorias têm sido levadas a atuar como vetor que mina a razão.

Bem sabemos que não se trata de uma novidade estrita. No curso da modernidade (nem precisamos recuar tanto), as majorias já deram suporte a poderes tirânicos, retrógrados e desumanos, à revelia das liberdades e dos direitos. Foi assim no bonapartismo, durante o século XIX, ou no nazismo e no fascismo, no século XX. A gente até pode alegar que os abusos do Tratado de Versailles favoreceram a ascensão de Hitler, assim como pode argumentar que os sistemas de proteção do aparato democrático não estavam maduros na primeira metade do século XX – tudo isso para dizer que não corremos o perigo de submergir outra vez em pactos autoritários ou totalitários. A gente pode recorrer ao que quiser, mas o fato é que, hoje, a mobilização das majorias para fortalecer a barbárie contra a civilização ainda vem acontecendo – e em evoluções mais aceleradas, como se fossem eventos climáticos extremos. Não estamos livres de desastres que julgávamos superados. Eles não são idênticos, é verdade; eles passaram por mutações, mas

definitivamente não foram superados. Estamos diante de uma novidade relativa (que não é tão nova assim), mas terrivelmente ameaçadora.

O mal que nos espreita – não custa repetir – é da ordem do que temos definido como *desinformação*. Os institutos que medem os indicadores da democracia e da liberdade de imprensa pelo mundo (como o V-Dem, a Freedom House, o Repórteres sem Fronteiras ou o Democracy Index, do *The Economist*) apontam sólidos sinais de declínio e, em todos esses sinais, a desinformação joga um papel crucial. Em boa parte das democracias do nosso tempo, a ação comunicativa – se quisermos adotar aqui uma terminologia cara a Jürgen Habermas – entra em parafuso e se converte em inação rebarbativa, aprisionante. Onde existia informação o que passa a existir é um tipo de redundância que nada informa (nada conta de novo). A loucura irrompe. Estamos presenciando uma pane política. Só o que não sabemos é se seremos capazes de vencê-la.

Não adianta buscar refúgio intelectual na crítica ao Iluminismo, como aprendemos a fazê-la há, mais ou menos, cem anos. A nossa questão passa antes por resguardar os pontos em que o Iluminismo acertou, e apenas subsidiariamente depende dos ajustes de curso. Se fôssemos abrir mão das revoluções do Século das Luzes, teríamos de descartar também o projeto democrático – e, definitivamente, não é o caso.

O que está em xeque é a democracia – ela mesma, a velha, cheia de falhas, que pede aprimoramentos o tempo todo. Não dá para não ver. Quando se solidarizam com o presidente brasileiro, recém-empossado, e condenam o atentado contra as sedes dos três poderes em Brasília, os líderes mundiais sabem que estão expostos ao mesmo perigo. Ninguém está a salvo, e todos têm consciência. Todos, até os usurpadores como Viktor Orbán, da Hungria, e Recep Tayyip Erdoğan, da Turquia, que tiram proveito disso para fortalecer suas autocracias. A desinformação é sua arma. Nas mãos deles, vai se provando factível o intento de fazer com que a liberdade gere o seu contrário e que a democracia se desdobre em sua negação.

Pelo menos desde a obra de Platão, já temos sereno conhecimento de que o artifício racional de induzir o outro a engano faz parte regular do jogo político. Platão abominava o mentiroso, abominava-o com fúria, mas compreendia a “mentira piedosa” do rei para proteger a cidade. Mais presentemente, com as plataformas sociais conferindo mais velocidade, mais abrangência e mais potência para o velho artifício, o patamar da mentira mudou – e ninguém mais tem o direito de dizer que não sabia.

Distopia ou o quê?

Nem mesmo a máquina de propaganda conduzida por Joseph Goebbels nos anos 1930 e 1940 alcançou a sofisticação manipulatória que nos atinge agora. Nem mesmo a distopia de George Orwell. Na sua obra-prima *1984*, o jornalista e ficcionista britânico fala de uma arquitetura menos complexa da mentira, aparente, mais monstruosa, porém menos pervasiva. No livro, a propaganda que distorce os fatos vem de uma agência centralizada e centralizadora: uma entidade, uma personalidade, um centro administrativo ou um órgão de Estado. Em *1984*, o Grande Irmão ou o Ministério da Verdade regem soberanamente os expedientes de controle, como acontecia nos regimes totalitários de Hitler e de Stalin. Agora não se trata mais disso. A manipulação não é mais conduzida por um centro nervoso governamental; ela é difusa, embora ainda seja manipulação.

Em lugar de um ente estatal que ordena o fluxo de mensagens – o que ainda se vê na China e, com variações, na Rússia de Vladimir Putin –, entra em ação uma

rede menos verticalizada. A vigilância realizada por agentes profissionais submetidos a um comando único pesa menos; o exibicionismo dos anônimos carentes afetivos importa mais. A invasão de privacidade, que é estrutural na obra de George Orwell, perde espaço para a evasão das privacidades sequiosas de olhar, tão características das redes sociais. A pulsão de se mostrar torna desnecessários os instrumentos da espionagem. É por desejo que as pessoas aderem às bolhas e se confinam dentro delas, não mais por medo.

Ao diferenciar autoritarismo e totalitarismo, Hannah Arendt detectou uma transição que nos interessa: nos Estados totalitários, cada cidadão se via convocado a agir como um integrante da polícia política, a tal ponto que todos – totalitariamente – monitoravam todos.¹ Nos nossos dias, a transição é parecida, mas tem novos contornos. Laços inconscientes criam teias por onde flui um combinado de olhar e desejo sem dono, sem morada, sem parada. Hoje, diferentemente do que se passou no nazismo, até mesmo a figura do líder supremo é fungível. Tudo o mais são elos inconscientes e irracionais. A manipulação não obedece tanto a um escritório central, mas ao imperativo, em cada sujeito solitário, de se entregar à tribo, à bolha, ao reconhecimento afetivo dos demais, sem o que não pode suportar a vida.

Num texto de 1921, “Psicologia de massas e análise do Eu”, Sigmund Freud afirma que os laços que unem os indivíduos para transformá-los em massa não são racionais, mas “libidinais”.² Valores morais ou argumentos racionais não têm vez, só o que conta é a ilusão de amarras amorosas inquebrantáveis com o líder ou com os demais adeptos. Para Freud, trata-se de uma compensação afetiva: a modernidade teria enfraquecido o Eu (ou o Ego), e este, acometido de um sentimento de desamparo, buscaria no líder e na massa a reposição do amor perdido.

O diagnóstico nunca perdeu validade, mas, na pane atual, vai se mostrando mais acertado do que nunca. O comportamento das massas em nada mais se referencia em fatos (ou nos métodos racionais de conhecimento dos fatos). O que conta são os laços puramente libidinais, sem nexos com o princípio de realidade.

Desde os meios de comunicação de massa, em meados do século XX, com o deslocamento da instância da palavra impressa (os jornais em papel) para a instância da imagem ao vivo (televisão) como âncora comunicacional da esfera pública, as emoções vêm sobrepujando o pensamento, assim como o desejo se divorcia mais acen-tuadamente da razão. Na era digital, porém, a tendência se extremou. As sensações (o sensorial, o sensual, o sensível e, por fim, o sensacional) predominam ainda mais.

Nesse quadro, a formação das majorias políticas e a das narrativas dominantes podem muito bem se conformar segundo lógicas próprias do entretenimento, sem ter que passar pelos protocolos da política. A estética atropela a ética, mesmo nos assuntos ditos de interesse público, e tudo isso por itinerários dispersivos, em *memes* de cinco segundos. Não nos esqueçamos do manifestante que, enquanto corria solta a quebradeira no Palácio do Planalto, gravou um vídeo expressando sua delícia: “Isto aqui é melhor que um show de rock”.³ É só por divertimento, só por

1 ARENDT, Hannah. *The Origins of Totalitarianism*. London: Penguin Books Modern Classics. English Edition. 2017. Edição Kindle. Ver os capítulos 8 (“Continental Imperialism: the Pan-movements”), III (“Party and Movement”); e 12 (“Totalitarianism in Power”), II (“The Secret Police”).

2 FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. Tradução de Paulo César Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

3 As imagens desse depoimento indiscreto foram ao ar na edição do *Jornal Nacional* (noticiário televisivo da Rede Globo) de 13 de janeiro de 2023. Ver mais em “Empresário do interior de SP tira foto deitado em poltrona durante invasão à Praça dos Três Poderes: ‘Melhor que show de rock’”, reportagem publicada no G1, em 10 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-jose-do-rio-preto-aracatuba/>

prazer e só por frêmitos catárticos que as maiorias se mobilizam. Sem considerar essas dimensões da massa libidinal, não entenderemos a invasão do Capitólio, o suicídio festivo do Brexit e o empastelamento de 8 de janeiro em Brasília.

Não que os humores das multidões agora sejam espontâneos, autênticos, não manietados por ninguém. Não é isso. Os profissionais dedicados à manipulação intencional existem, insistem, persistem e não desistem. Às vezes, até se alojam clandestinamente nos bastidores do Estado corrompido. Às vezes, até emplacam golpes bem-sucedidos. O Cambridge Analytica é apenas um exemplo. O conhecido “gabinete do ódio” é outro. Mas, nas democracias em disfunção, eles não mais se organizam como expedientes oficiais do Estado, a não ser excepcionalmente (o escândalo da NSA, nos Estados Unidos, denunciado por Edward Snowden, em 2013, é a exceção que confirma a regra).

Os centros de controle são privados ou paraestatais. E são aparelhos performáticos, não exatamente estratégicos. A formação da opinião e da vontade lhes escapa. O desejo, não. Eles são menos propensos a liderar a implantação de projetos de fôlego e muito mais vocacionados para destruir apaixonadamente os símbolos de projetos já implantados – como as instituições da República. Eles se movem por ondas líquidas, voláteis, instáveis e entrópicas, que levam de arrasto o coração das massas. Assim, a pane política dos nossos tempos expressa a volúpia indiscriminada de destruição da política.

Nesse ponto, fica no ar uma pergunta técnica: por que será que essa ordem desinformativa, de potencial fanatizante e destrutivo, acabou favorecendo as causas da extrema-direita? Por que o reacionarismo acaba levando a melhor? Já em 2016, com o Brexit e a eleição de Donald Trump, podíamos pressentir que as *fake news* tinham mais eficácia quando empregadas por agrupamentos de viés fascista. A escalada da histeria em apoio à destituição ilegítima de Dilma Rousseff, no Brasil, também em 2016, apontava na mesma direção. Dois anos mais tarde, em 2018, especialmente após o processo eleitoral brasileiro, a hipótese ganhou mais força e mais sustentação: o ato de desinformar é mais amigo da direita do que da esquerda.⁴

É claro que a esquerda também se vale de notícias fraudulentas, mas, curiosamente, jamais alcança o mesmo sucesso. O discurso ultraconservador e violento tem mais identidade com o que repele o conhecimento dos fatos e o primado da razão. A esquerda, de seu lado, guarda em sua matriz epistêmica a exigência lógica de verificações factuais mínimas. Para a sua retórica, é mais oneroso adulterar os fatos. O mundo digital que desvaloriza a razão é, necessariamente, um mundo de direita.

Não há simetria bilateral. Não há polos opostos equivalentes. A disfunção da democracia nos chega das pregações neonazistas, neofascistas, do supremacismo branco (velado ou escancarado) e de misoginias diversas. As ditaduras que se reivindicam de alguma tradição socialista perduram como anacronismos meio fora de esquadro; devem ser abolidas, por certo, mas não vem delas a pane estrutural que nos assombra.

Vivemos um curto-circuito da linguagem política e de seus insumos factuais. Raul Seixas cantava que um “sonho que se sonha junto é realidade”. O que dizer de um pesadelo tanático – e não por isso menos gozoso – que traga as multidões? Distopia é pouco.

[noticia/2023/01/10/empresario-do-interior-de-sp-tira-foto-deitado-em-poltrona-durante-invasao-a-praca-dos-tres-poderes-melhor-que-show-de-rock.ghtml](https://www.13news.com.br/noticia/2023/01/10/empresario-do-interior-de-sp-tira-foto-deitado-em-poltrona-durante-invasao-a-praca-dos-tres-poderes-melhor-que-show-de-rock.ghtml). Acesso em: 30 jan. 2023.

⁴ BUCCI, E. Seriam as fake news mais eficazes para campanhas de direita? – uma hipótese a partir das eleições de 2018 no Brasil. *Novos Olhares*. v. 8, n. 2, p. 21-29, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2238-7714.no.2019.162062>. Acesso em: 26 jan. 2023.